

JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1



**O CONCEITO DE TERRITÓRIO E
TERRITORIALIDADE NAS ESCOLAS
INDÍGENAS APINAYÉ**

**THE CONCEPT OF TERRITORY AND
TERRITORIALITY IN APINAYÉ INDIGENOUS
SCHOOLS**

Danielle Mastelari LEVORATO
Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT
E-mail: daniellemastelari@hotmail.com

Francisco Edviges ALBUQUERQUE
Universidade Federal do Norte do Tocantins UFNT
E-mail: fedviges@uol.com.br



RESUMO

O estudo do Território e da Territorialidade nas escolas indígenas Apinayé é importante em face de que desde o primeiro contato com os não Indígenas esse povo encontra-se em situação de vulnerabilidade. Desta maneira o objetivo deste trabalho é verificar como os professores Apinayé trabalham tais conceitos partindo-se da sua organização Dual, na qual os Koti foram criados pelo Sol e os Kore pela Lua, de forma que essa divisão interfere na disposição dessas metades nas aldeias. Os Koti habitam a parte setentrional do círculo das aldeias, enquanto os Kore ocupam a parte meridional. Essa divisão em Sol e Lua também interfere na questão da territorialidade dos Apinayé, sendo que um dos exemplos mais marcantes é a utilização dos grafismos e das cores que os distinguem. As Mulheres Koti utilizam a cor vermelha proveniente do urucú para se distinguirem dos Homens Kore, que utilizam a cor preta feita de látex vegetal e pó de carvão. A metodologia utilizada é a Bibliográfica face à pandemia do Coronavírus e da Covid-19 que nos impede que frequentar as aldeias dos povos indígenas nestes anos de 2020 e 2021.

Palavras-chaves. Grafismo. Kore. Koti. Pinturas corporais.

ABSTRACT

The study of Territory and Territoriality in Apinayé indigenous schools is important in view of the fact that, since the first contact with non-Indigenous people, these people are in a situation of vulnerability. In this way the objective of this work is to verify how the Apinayé teachers work with such concepts starting from their Dual organization, in which the Koti were created by the Sun and the Kore by the Moon, so that this division interferes in the disposition of these halves in the villages. The Koti inhabit the northern part of the village circle, while the Kore occupy the southern part. This division into Sun and Moon also interferes with the issue of the Apinayé's territoriality, one of the most striking examples of which is the use of the graphics and colors that distinguish them. The Koti Women use the red color from the annatto to distinguish themselves from the Kore Men, who use the black color made of vegetable latex and charcoal powder. The methodology used is the Bibliographic in the face of the Corona Virus and Covid-19 pandemic that prevents us from frequenting the alleys of indigenous peoples in these years of 2020 and 2021.

Keywords: Graphics. Kore. Koti. Body painting.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema deste artigo surgiu a partir dos trabalhos desenvolvidos junto ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com o Projeto do Seminário Bem Viver Indígena, que desenvolvemos a partir de 2010 em Araguaína, oportunidade em que a autora conheceu diversos povos indígenas do estado do Tocantins e suas relações com os seus territórios e territorialidades, relações essas que vão desde a luta pela demarcação até a proteção dos territórios já demarcados e que continuam em constante vulnerabilidade em face do que foi condicionado chamar-se desenvolvimento, perpassando pelas diversas territorialidades materiais e imateriais, especialmente as ordem cultural.

No estado do Tocantins é de conhecimento geral que a ideia de desenvolvimento, esta condicionada pelo avanço do agronegócio o que afeta diretamente os povos indígenas por meio de ataques constantes aos territórios e aos bens e valores desses povos, como a terra, a água, o ar e a própria sobrevivência consubstanciada pelo poder advindo da suas territorialidades. Desta maneira além do entendimento territorial será de rigor o estudo da territorialidade e também do espaço já que esses elementos encontram-se intrinsecamente vinculados.

O objetivo deste artigo é apresentar alguns dos elementos que a Educação Escolar Apinayé trabalha no âmbito das territorialidades culturais imateriais com as crianças no contexto escolar. Desta forma o artigo apresentará figuras feitas por alunos indígenas e seus respectivos textos registrados nos livros: 1) Texto e Leitura: Uma Prática Pedagógica das Escolas Apinayé e Krahô e, 2) Do Texto ao Texto: Leitura e Redação produzidos pelo Laboratório de Línguas Indígenas que servem como material didático nas escolas do povo Apinayé, ambos organizados pelo professor Francisco Edviges Albuquerque.

Cumprir observar que a Educação Escolar Indígena possui garantia constitucional e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas possui como fundamentos gerais da Educação Escolar Indígena a multietnicidade, pluralidade e diversidade, sendo que a própria educação escolar deve ser consubstanciada na interculturalidade, comunitária, específica e diferenciada com respeito ao bilinguismo/multilinguismo.

O artigo se justifica em face de que desde o primeiro contato com os não Indígenas o povo Apinayé foi colocado em situação de vulnerabilidade. Dados levantados por Nimuendajú (1983) demonstram que os Apinayé quase foram dizimados ao serem diminuídos a uma população de 150 pessoas em 1928 e que, chegaram a ter uma população de 4200 índios, ademais esse povo Possui uma profunda ligação com o território e suas

territorialidades como elementos caracterizadores, o que nos leva a compreensão de que esses elementos e toda a cultura material e imaterial desenvolvida por eles e que estão atreladas ao território e as territorialidades num contexto ancestral de ligação com os elementos da natureza e merecem ser estudadas no âmbito da educação indígena para que se possa realizar uma contribuição à Educação Escolar Indígena, visto que esta deve estar amparada pelas cultura originária.

A metodologia adotada foi qualitativa e bibliográfica, pois nesta situação de pandemia causada pelo Coronavírus e a Covid-19 não foi possível comparecer ao território para a realização da pesquisa etnográfica, modalidade com a qual estamos mais habituados trabalhar, também possui sustentação na sociolinguística.

Os teóricos mais utilizados foram Francisco Edviges Albuquerque com seus estudos voltados a Educação Escolar Indígena e especialmente os materiais didáticos produzidos para as escolas Apinayé; Curt Nimuendajú com Os Apinayé (1983); Claude Raffestin com sua obra Por uma Geografia do Poder (1993); Roberto da Matta com a obra Um Mundo Dividido: a estrutura social dos índios Apinayé (1976).

DO TERRITÓRIO APINAYÉ

O território Apinayé foi demarcado e homologado por meio do Decreto n. 90.960, de 14 de fevereiro de 1985, reconhecendo-se a eles uma área de 141.904 hectares, depois de um tormentoso processo, no entanto, ficou fora desta demarcação uma área de 42 hectares ao sul das terras que ainda hoje os Apinayé são objeto de discussão judicial (CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA, 2015).

Esse povo possui uma relação profunda com seu território, o que se vislumbra pela sua forma de organização Dual que é uma das maiores marcas da sua territorialidade, a qual entendemos como todo conteúdo voltado ao exercício de atividades sobre o território, que demonstram diversos elementos que vão desde as práticas cotidianas, manuseio da terra, da pesca e caça, relações familiares e parentesco, festividades, até as questões mais amplas como a determinação dos locais consagrados a religiosidade, a própria cultura (material e imaterial), os aspectos históricos relacionados com os mitos, língua, linguagem, símbolos além de outros.

A organização Dual dos Apinayé é marcada por duas metades, na qual uma que é a Koti foi criada pelo Sol e a outra a Kore, foi criada pela Lua, de forma que essa divisão interfere na vida cotidiana. Os Kolti, criados pelo Sol habitam a parte setentrional (parte norte) círculo das aldeias, enquanto os Kore, criados pela Lua, ocupam a parte meridional

(parte sul). Essa divisão em Sol e Lua também interfere na questão da territorialidade dos Apinayé, sendo que um dos exemplos mais marcantes é a utilização das cores que os distinguem. Os Koti utilizam a cor vermelha proveniente do urucú para se distinguirem dos Kore, que utilizam a cor preta feita de látex vegetal e pó de carvão (NIMUENDAJÚ, 1983).

Essas ligações profundas com o território e suas territorialidades como elementos caracterizados do povo nos leva a compreensão de que toda a cultura material e imaterial desenvolvida por eles merece ser estudada no âmbito da educação indígena para que possamos realizar uma contribuição à Educação Escolar Indígena, visto que esta deve estar amparada pelas cultura originária. Ademais as territorialidade evidenciam como se afirma o poder sobre o espaço e o território e, neste sentido, podemos exemplificar como a Língua Apinayé é forte elemento de territorialidade, uma vez que é um poderoso meio de identidade da qual dispõem o povo Apinayé.

É por meio da utilização da língua que esse povo conta sua história, ensina as crianças, mantém a união e o domínio territorial. Neste sentido cumpre observar que a linguagem não se restringem somente a língua falada, mas também aos seus aspectos grafistas, com especial atenção as pinturas corporais que transcendem gerações e que possuem significados ancestrais com forte ligação com os elementos da natureza.

No entanto, uma das primeiras coisas que precisamos compreender ao estudar território e territorialidades é que, estes elementos serão abordados por diversas óticas sendo a primeira geográfica, na qual se entende que território e espaço não são equivalentes. Raffestin observa que

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (1993, p. 143). (aspas do texto original).

Assim, todo território se concretiza pela projeção de um trabalho em um determinado espaço. O espaço é preexistente a qualquer ação. O território se formará num espaço construído pelo ator a partir de um conjunto de elementos que dê significado a este espaço preexistente, tais como, a realidade vivida e a relação de poder estabelecida entre o ator e este espaço. Assim o espaço se transforma em um território, pois será tomado por uma relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

O estudo do território e da territorialidade Apinayé como uma contribuição para a educação escolar indígena nos impõe o entendimento acerca da relação desse povo não só com o território, mas também com os não indígenas que se aproximaram ao longo do tempo de suas terras, de seu território, de seu espaço de poder e por consequência de suas territorialidades.

Nimuendajú (1983) em suas pesquisas com os Apinayé observou que desde o primeiro contato com os não indígenas os Apinayé foram vulnerados especialmente pela ocupação de suas terras originais, demonstrou que quase foram dizimados ao serem diminuídos a uma pequena população de 150 pessoas em 1928 e que, antes disso, chegaram a ter uma população com mais de 4200 índios.

Albuquerque informa que

A ocupação da área indígena pelos não indígenas envolveu os Apinayé na economia, costumes e também nas intrigas com os “civilizados”. O território tradicional dos Apinayé ia desde o pontal entre os rios Tocantins e Araguaia até a bacia do rio Mumbuco (afluente do Tocantins) e na Cachoeira dos Martírios (rio Araguaia) (1999, p. 6).

Villa Real (1793 *apud* NIMUENDAJÚ, 1983) afirma que na região do Araguaia, os índios habitavam as duas margens, desde São João até a aldeia Cocal Grande. Porém, as lutas com os “civilizados” levaram os Apinayé a se concentrarem às margens do Tocantins. À proporção que a área indígena era invadida por fazendeiros e povoados, os índios migravam das aldeias, ou para trabalhar para os fazendeiros ou porque estes se aproximavam tanto das aldeias que os Apinayé não tinham como sobreviver com as terras que lhes eram retiradas. Portanto, o abandono das aldeias e a diminuição da população no início do século XX deram margem para que os fazendeiros se considerassem verdadeiros donos das terras indígenas. Apesar de tudo isso, os Apinayé resistiram às invasões, que eram cada vez maiores, apegando-se à sua cultura e ao seu território, procurando ajuda junto às autoridades como o Presidente da República e ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI.)

De acordo com o Boletim número 22/82 – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1926, os Apinayé tiveram o primeiro contato oficial com o SPI, e em 1944, fundou-se o Posto Indígena Apinayé, mas continuando a área indígena sem demarcação.

Da Matta (1976) aponta que o território Apinayé começou a ser ocupado por uma fronteira de expansão pastoril, cuja população era bastante rarefeita. Essa ocupação deve ter deixado abertos alguns bolsões onde a população indígena pudesse sobreviver. Isso deve ter facilitado a não destruição da vegetação da área, pois, segundo esse autor, no

século XIX, o babaçu começou a ser explorado mais intensamente. Assim, o gado e a lavoura passaram para um plano complementar, enquanto o coco babaçu, extraído de toda a extensão da área tradicional Apinayé, passou a ser a atividade principal.

O Relatório Geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) demonstra que a demarcação da área indígena Apinayé teve início em 1979, e só terminou em 1985, através do Decreto n.º 90960 de 14/02/85, da Presidência da República. Segundo o relatório, a área reconhecida pelo Decreto é de 141.904 ha. Na época da demarcação, a área estava ocupada por 641 famílias de não indígenas (fazendeiros).

Conforme Parecer Técnico de n.º 001 de 28/04/97 – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as terras indígenas Apinayé, apesar de serem demarcadas e homologadas, tiveram seu processo de regulamentação fundiária à ingerência política, resultando na perda de terras essenciais para as atividades econômicas dos índios. Segundo o relatório, a área demarcada não corresponde, de fato, às terras tradicionalmente ocupadas pelos Apinayé, segundo suas reivindicações, formas de uso e ocupações.

Albuquerque (1999, p. 8) explica que:

[...] os índios Apinayé começaram a ser integrados à história do Brasil com a ocupação do sertão nordestino e com a intensificação da navegação do rio Tocantins. A ocupação do sertão do Maranhão, da Bahia e do Piauí é consequência da criação extensiva de gado que, no período Colonial, servia para alimentar as populações dos engenhos litorâneos. Esse gado, porém, avançou pelos sertões até chegar ao sertão goiano, atual Tocantins, na região onde se achavam os índios.

Embora os dados demográficos atuais indiquem que a população Apinayé esteja aumentando, a história deste povo revela, com clareza, uma tendência no sentido de sua redução. Para Da Matta (1979, p. 47):

[...] o termo redução não se refere somente ao decréscimo populacional, mas também ao número das aldeias e à própria diversidade cultural que no passado existia entre os índios e não- índios. Talvez o fato mais importante na história da tribo tenha sido a sua aproximação dos núcleos urbanos regionais. As aldeias estão situadas cerca de 30 quilômetros de Tocantinópolis. A facilidade de comunicação favorece os contatos entre os índios e os regionais e coloca os índios como produtores regionais de babaçu.

A situação entre os Apinayé e a sociedade majoritária é complexa e enquadrada por valores que parecem estar diretamente relacionados com o tipo de produto basicamente explorado na região, o tempo de sua ocupação, agências de contatos e a sociologia dos aglomerados regionais, urbanos e rurais. Isto para Da Matta (1979), não significa que é

possível justificar as arbitrariedades sempre cometidas contra os índios, como por exemplo, a sua permanente falta de assistência médico-sanitária.

O CONTEXTO ESCOLAR E O CONCEITO DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

A situação escolar indígena Apinayé, ao longo dos anos de contato com a sociedade brasileira, vinha acontecendo de modo contrário aos anseios e interesses da comunidade. Esses indígenas têm vivido um processo de perda étnica, com seus valores culturais subjugados pela sociedade majoritária. Fatos como esses são apontados por Braggio (1989, p. 155) apoiada em Santos (1975), quando aponta problemas com a educação escolar indígena (com algumas exceções) até por volta do fim dos anos 80:

Um dos mais contundentes problemas com relação à educação indígena é o de que o processo educacional utilizado nas comunidades indígenas é um dos principais veículos de dominação da sociedade majoritária, já que está sujeito a um sistema educacional concebido e inspirado por aquela sociedade, portanto, carregado de seus valores ideológicos.

A escola ao invés de promover a autonomia desejada, vinha gerando conflitos e isso contribuía para com a evasão escolar. Isto aconteceu de modo significativo, o que fez com que algumas séries deixassem de existir. (ALBUQUERQUE, 1999).

Albuquerque (1999) identificou que todas as aldeias Apinayé tinham escolas bilíngues, embora não estivessem funcionando ainda regularmente. A aldeia São José é a que mais possui material escrito na língua Apinayé e é também a que possui escola bilíngue há mais tempo. Com poucas exceções, a maioria dos materiais escritos impressos tem sido elaborada pelos membros do “Summer Institute of Linguistics” (SIL).

Desde 1991, as escolas das aldeias Apinayé vêm adotando, num processo histórico gradual, o modelo pluralista de educação indígena, segundo o qual alunos e professores indígenas são qualificados para passar para a forma escrita, i.é., sistematizar sua geografia, ciências e história etc (ALBUQUERQUE, 1999).

Braggio (1997, p. 43- 44), comenta que este modelo de educação indígena:

[...] não só reconhece e valoriza as culturas e línguas indígenas, mas e, principalmente, visa à autonomia dos povos indígenas, o seu estabelecimento enquanto nações, e sua real dimensão sócio-histórica e política, como partes constituintes de um país plurilíngue e multiétnico. Longe de se constituir num modelo que encare a autonomia como dada, alienada, considera os próprios indígenas como agentes essenciais desse processo, através de sua práxis, da sua reflexão crítica sobre a realidade e de sua atuação sobre ela.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional Para As Escolas Indígenas (1998), a escola tem sido assumida gradualmente pelos índios em seu movimento pela autodeterminação. É um dos lugares onde a relação entre os conhecimentos próprios e os conhecimentos das demais culturas deve se articular, constituindo, assim, uma possibilidade de informação e divulgação para a sociedade nacional de saberes e valores importantes até então desconhecidos desta. Portanto, a participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assume papel necessário para a efetividade de uma educação específica e diferenciada.

Deste modo, a escola indígena reconhece e ajuda a manter todos os aspectos relativos ao território e sobre a enorme diversidade relativa as territorialidades, promovendo uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra. Deve, pois, estimular o entendimento e o respeito entre os povos de identidade étnicas diferentes, mesmo que se reconheça que tais relações venham ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social, cultural e política.

É nesse sentido que o processo escolar não deve se esgotar na alfabetização. Esse processo engloba as áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Estudos Sociais, bem como formas de documentação e preservação da memória coletiva da comunidade Apinayé e é aqui que podemos verificar como o tema do território e da territorialidade é trabalhado pela escola.

Para Teixeira (1997 pp. 140-141):

[...] a escola indígena não é e nem poderia ser um espaço homogêneo onde se reproduz a cultura da classe dominante. Ela é um lugar permanente de conflito lingüístico e intercultural. A escola indígena não ignora, nem pode ignorar o caráter histórico das relações de dominação entre a sociedade nacional e as sociedades indígenas.

De acordo com Meliá (1979, p.11), “[...] o problema da educação indígena hoje é a existência de duas culturas e de duas línguas que não se correspondem, mas que, de certo modo, estão em confronto”. Segundo o autor (1979) para as comunidades indígenas, a importância de investigar seus próprios processos educativos está exatamente em poder assegurar a continuidade destes processos. Para isso, a reflexão sobre a educação tem que ter participação de toda a comunidade. Logo, uma educação indígena que não leva em conta a reflexão da comunidade vai ter perdas culturais significativas.

Dentro dessa abordagem, segundo Braggio (1992, 1995), a linguagem é vista não de forma fragmentável, onde a enunciação é tomada não só do ponto de vista de seu conteúdo e de sua forma, mas igualmente de seus elementos não-verbais na situação imediata e através dela num contexto social mais amplo. Assim, a língua indígena, por não ser ensinada de forma controlada, aparece na sua forma escrita geralmente no estilo mais formal de fala do grupo. Desta forma, as variações dialetais e os diferentes estilos afloram. São essas variações e estilos que estão dando margem a que a língua indígena escrita emerge e, historicamente, possa afirma-se, não como algo dado mas como autoria dos próprios indígenas. A língua portanto é uma das mais fortes territorialidade indígenas.

O “texto” é tomado como o material por excelência, dentro de seus mais diversos tipos, formas e origens. Segundo Braggio (1997, p. 44-45), nesse modelo, o sentido e a função precedem a forma, ou seja, adquire-se a forma através da construção do sentido. Portanto, a linguagem é contextualizada, tanto intratexto como extratexto. Unidades temáticas operam para a interdisciplinariedade. Desse modo, os textos partem da realidade indígena, constituindo-se em unidades temáticas que entrelaçam as várias disciplinas, não ocorrendo, pois, ao acaso, mas a partir de uma teia de relações semânticas, pragmáticas e funcionais. A estrutura dos mais variados textos emerge. O texto narrativo aparece com todas as suas cores, tramas, conflitos, argumentações etc.

Desta forma, para assegurar a necessária autonomia pedagógica, o Estado do Tocantins criou um sistema próprio de educação escolar indígena no qual, segundo Teixeira (1997), a legislação é fruto de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa e que garante aos índios a prerrogativa de serem os professores em suas aldeias, além de garantir isonomia salarial.

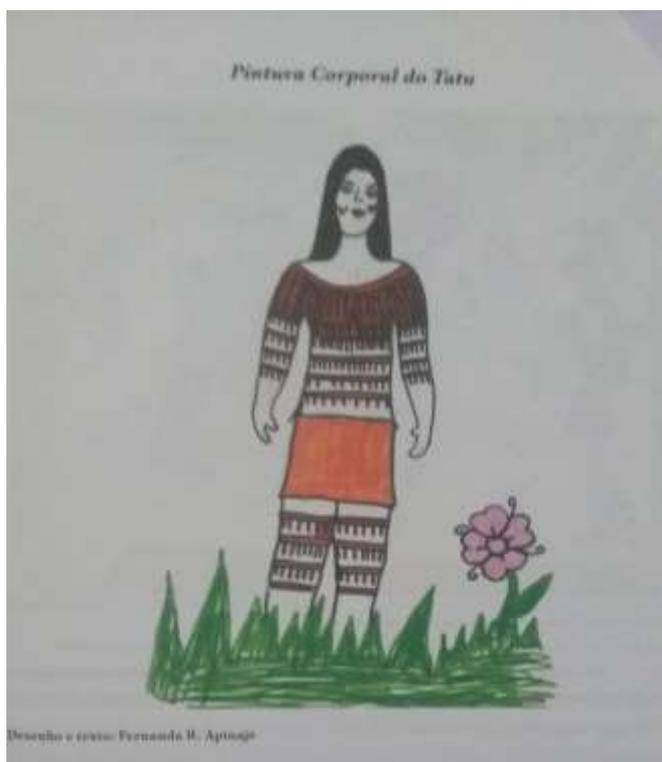
Além dessas prerrogativas, é fundamental e necessário pensar a escola a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, econômica, cultural e religiosa desses povos, uma vez que as culturas e as línguas indígenas são frutos da herança de gerações anteriores, mas estão sempre em eterna construção, reelaboração, criação e desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1999, p. 18).

É neste contexto que observamos que os Apinayé, no contexto educativo, trabalham os conceitos de território e territorialidades de forma muito peculiar. O simples fato dos alunos desenharem e por meio desses desenhos explicarem o seu cotidiano demonstra como esses elementos são discutidos, trabalhados e reforçados pelas escolas. Assim passamos a apresentar algumas figuras contextualizadas no livro didático “Texto e Leitura: Uma prática pedagógica das escolas Apinayé e Krahô” e no livro “Do texto ao texto:

Leitura e redação”, pois cada uma dessas figuras possui peculiaridades voltadas as territorialidades, as quais sempre serão melhor explicadas às crianças por professores da sua própria etnia, o qual poderá analisar aspectos ancestrais que somente eles podem compreender os significados.

A primeira figura denomina aqui como Figura 1 está na página 19 do livro “Texto E Leitura: uma prática pedagógica das escolas Apinayé e Krahô” possui como título Pintura Corporal do Tatu e somente mulheres recebem esse tipo de grafismo, tendo sido desenhado pela aluna Fernanda R. Apinayé:

Fig. 1. Pintura Corporal do Tatu.



Fonte: Fernanda R. Apinayé in: Albuquerque (2012, p. 19).

Essa pintura demonstra a ancestralidade do povo Apinayé, visto que esta ligada ao mito de criação do Povo Koti e Kore, Koore – é conhecido para marcar a posição social no pátio, quando ocorrem atividades ou rituais. O grupo destas metades permanece em sua posição. É a pintura mais utilizada na entrega de enfeites pelo amigo formal. E também utilizado em casamentos e formatura. É uma pintura que faz parte do grupo de Kreknhõxwýnh (RIBEIRO APINAYÉ, 2019, p. 43).

in casu, somente as mulheres recebem esse tipo de grafismo, inclusive nas cerimônias do casamento as mulheres. Trata-se portanto de uma representação da territorialidade na qual o elemento inspirador para a criação desse grafismo foi um animal.

O texto da aluna Fernanda R. Apinayé, abaixo da figura 1 no livro informa que: As mulheres usam a Pintura corporal do tatu conhecida, como tradição do povo Apinayé. Essa pintura se chama Kore e Tônkàre, e os mais velhos gostam de pintar as mulheres jovens, mas também agora, estão repassando esses conhecimentos para os filhos e netos, como forma de manutenção e de revitalização da cultura do povo Apinayé. Tudo isso é muito importante para que as crianças e jovens conheçam as pinturas mais antigas, visto que os velhos se pintavam assim e temos que manter até hoje pela crianças e jovens indígenas, para não deixar a cultura Apinayé se acabar. (ALBUQUERQUE, 2012, p. 19)

Assim a figura 1, nos remete, portanto, a ligação do povo Apinayé com o mundo natural, a natureza propriamente dita, retrata especificamente o Tatu, que possui seu corpo coberto por uma carapaça que lhes cobrem quase todo, formada por placas ósseas ajustadas umas às outras, essas placas são cobertas de uma espécie de escamas ósseas.

Neste sentido, abaixo apresentamos a figura 2 (desenho de Rosana Dias Apinayé, página 16), denominada A Caçada, retrata o Tatu, observando-se que na figura a carapaça do animal é bem definida, muito embora não tenha sido desenhada as escamas, que no grafismo da figura 1 são representadas por pequenos traços verticais que se ligam as linhas horizontais.

Fig. 2. A Caçada.



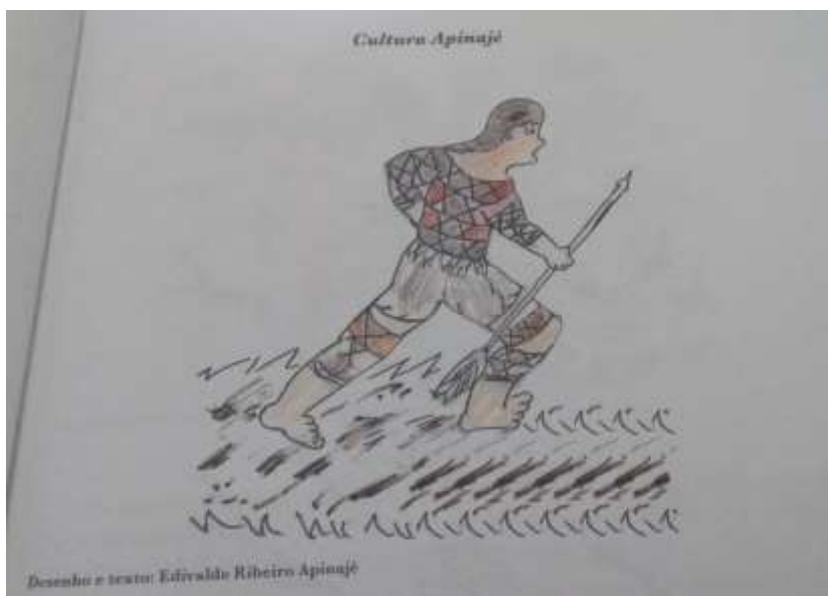
Fonte: Rosana Dias Apinayé in: Albuquerque (2012, p. 18).

Esta figura 2 possui um texto elaborado pela mesma aluna que a desenhou e que diz:

Pedro estava saindo para caçar e pescar, quando os filhos dele chegaram da cidade trouxeram um frango e costela de porco. Então ele desistiu de ir caçar. Mandou a mãe cozinhar o frango para os filhos e quando ficou pronto Pedro pediu a mulher para tirar a panela do fogo e servir os meninos. Porém, no outro dia, Pedro resolveu ir caçar e pescar. Matou um tatu e pegou quinze peixes na lagoa. Assou dois peixes e levou treze, chegando em casa, salgou-os para comer, no outro dia, com a família. Mas o tatu foi vendido para comprar as munições, por que Pedro era um homem muito pobre. Então, foi assim que aconteceu com Pedro (ALBUQUERQUE, 2012, p. 16).

Já a figura a seguir (figura 3, desenho do aluno Edivaldon Ribeiro Apinayé, página 23), denominada Cultura Apinayé, retrata um grafismo utilizado pelos homens, e que é utilizada nas festividades de formatura e casamento. Esse grafismo é utilizado pelos homens adultos e nota-se que a cor preta é predominante uma vez que somente os homens utilizam essa cor que é extraída do jenipapo, as mulheres por sua vez utilizam a cor vermelha extraída do urucum. Enquanto o grafismo da Figura 1 se relaciona com o Tatu, o grafismo masculino da Figura 3 retrata o grafismo da jiboia.

Fig. 3. Cultura Apinayé.



Fonte: Edivaldon Ribeiro Apinayé in: Albuquerque (2012, p. 23).

Esta figura traz o seguinte texto, elaborado pelo mesmo aluno que a desenhou:

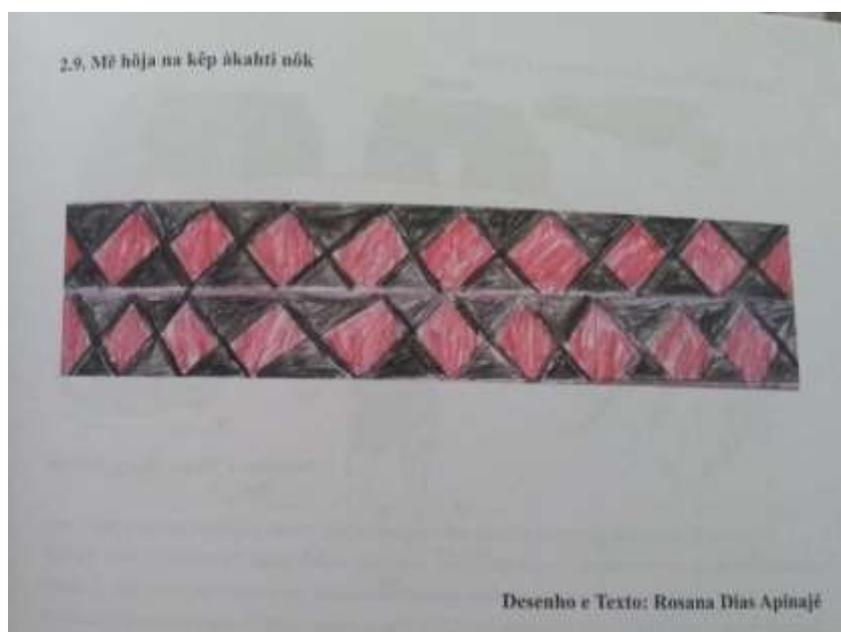
A Cultura tradicional dos Apinayé começa no dia 19 de abril. Nós começamos a nossa festa nessa data e temos mais de 15 dias de

manifestações culturais. Assim nós, Apinayé, nos juntamos na aldeia Mariazinha, que é local onde a festa acontece e comeremos durante muitos dias. Existem várias atividades culturais, e começamos ao meio dia com um almoço para todos. Depois do almoço, começa a festa corrida com tora que é o nosso objetivo de fazer maior pra ver quem vai ganhar (RIBEIRO APINAYÉ, 2019, P. 23).

Os homens casados disputam a corrida da flecha, para ver quem será o ganhador. Os outros a Corrida da Tora, Nossa Cultura é assim; só muda a história (ALBUQUERQUE, 2012, p. 23).

A Figura 4 abaixo foi retirada da página 49 do livro didático “Do Texto ao Texto: Leitura e Redação” foi desenhada por Rosana Dias Apinayé e é retrata a Jiboia, sendo que até mesmo o texto da aluna transcrito abaixo nos informa sobre esse conteúdo:

Fig. 4. A Jiboia.



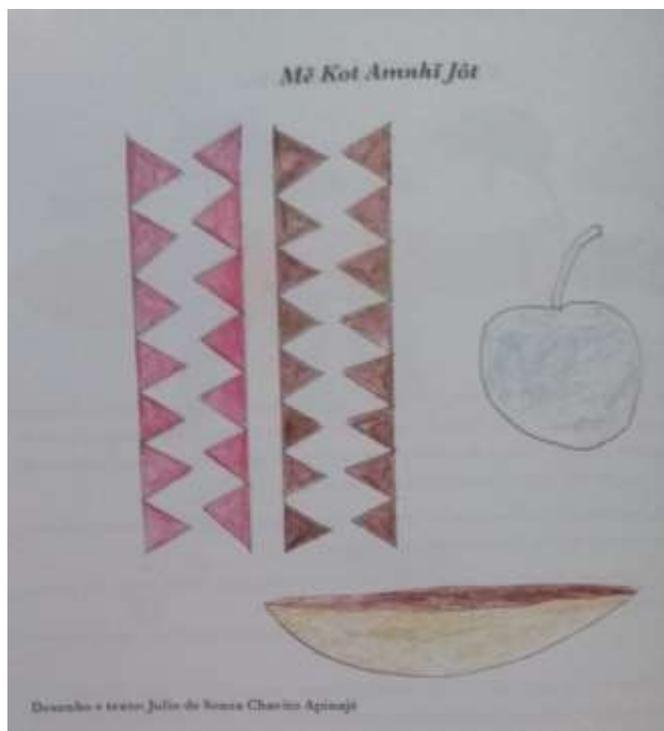
Fonte: Rosana Dias Apinayé in: Albuquerque (2012. P. 49).

A pintura da jiboia é usada no corpo da pessoa que vai se casar. Essa pintura não se acaba, por que é repassada de geração para geração pelos mais velhos aos índios mais novos.

Para nós Apinayé, esse tipo de pintura é muito importante, pois utilizamos até hoje para preservamos nossa cultura, que vem sendo ensinada e repassada pelas gerações mais antigas, conservando a pintura da jiboia, que é muito importante nos rituais de casamento Apinayé (ALBUQUERQUE, 2012b, p. 49).

Nesse mesmo sentido encontramos no Livro “Texto e Leitura: uma prática Pedagógica das Escolas Apinayé e Krahô”, a figura da página 64 feita pelo aluno Júlio de Souza Chavito Apinayé, denominada aqui como Figura 5 (abaixo):

Fig. 5. Pintura.



Fonte: Júlio de Souza Chavito Apinayé in: Albuquerque (2012, p. 64).

A figura 5 traz um pequeno texto elaborado pelo seu autor que informa: “Essa pintura é usada somente pelos homens Apinayé, pois as mulheres não podem usar. As mulheres não usam tinta preta, que é de jenipapo. Usam apenas a tinta vermelha do urucu” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 64).

Esses dois grafismos retratados como pinturas corporais Femininas (Tatu) e Masculinas (Jiboia) também aparecem na Figura 6 (abaixo), desenhada pelo aluno José Eduardo D. Pereira Apinayé, na página 37 do livro, que retrata uma cerimônia de casamento, onde a representação gráfica nos corpos da noiva e do noivo durante a cerimônia de casamento reforçam que esses elementos caracterizadores das territorialidades estão disseminados na consciência coletiva do povo Apinayé como uma forma de manifestação da cultura imaterial desse povo.

Fig. 6. Casamento.



Fonte: Eduardo D. Pereira Apinayé in: Albuquerque (2012, p. 37).

Esta figura traz o seguinte texto elaborado pelo seu autor:

100

Na nossa cultura Apinayé, quando uma pessoa quer casar, primeiramente, o pai e a mãe da menina chegam para o pai e mãe do rapaz e pedem o rapaz para a filha. Se o rapaz gosta da menina, a família dele combina tudo direitinho, vai ao padrinho e a madrinha do rapaz, explicar sobre o casamento. A madrinha e o padrinho marcam uma data para que todas as madrinhas combinem para preparar os mantimentos para a festa como: a caça, a carne, arroz e mandioca. Depois que tudo tiver pronto e, chegado o dia, eles se juntam num local que eles marcarem para fazer um grande bolo, que é o paparuto. E nesse dia, todo mundo vai comemorar com muitas coisas e presentes. Depois de fazerem o bolo, vão entregar para a madrinha da noiva. Eles sempre fazem em termo de troca com esse bolo. Depois de troca, ao meio dia, elas vão preparar as pinturas e os enfeites dos noivos, na parte da tarde. E quando terminar de aprontar eles, o irmão da noiva vai ao rapaz para levar a noiva. Depois da entrega da noiva, as madrinhas vão chorar, comer, tomar café, suco e bolo. No final da cerimônia, o cacique aconselha os dois para que eles possam constituir família e nunca mais se separarem. Depois disso, eles estão casados para sempre (ALBUQUERQUE, 2012, p. 37).

Cumprе esclarecer que poderá parecer ao leitor deste artigo que os textos escritos pelos alunos Apinayé carecem de elementos textuais para lhe conferir maior clareza como por exemplo coesão ou coerência, no entanto justificamos aqui a não utilização do *SIC* que indicaria esse erro uma vez que devemos respeitar as diferenças étnicas que serão marca

das suas redações e também pelo fato do alfabeto Apinayé possuir caracteres diferentes do nosso, assim como estruturas que não são compatíveis com a língua portuguesa considerada padrão entre os não indígenas. Trata-se portanto de um entendimento voltado à respeitabilidade da forma da escrita fundamentada na própria língua natural do povo.

Outra observação importante é que neste artigo procuramos avaliar tão somente os grafismos feminino do tatu e masculino da jiboia e suas interações de territorialidade, de forma que não nos apegamos aos textos que foram construídos pelos alunos que desenharam as figuras, uma vez que se assim fizéssemos esse material ficaria por demais extenso, de forma que a análise textual ficará para um próximo trabalho.

Outro aspecto importantíssimo de se frisar é que a ancestralidade do povo Apinayé não se restringe somente aos parentes mais próximos, como pais, avós, bisavós, mas parentes extremamente remotos, os mais antigos, os quais nem sequer imaginam que existiram.

METODOLOGIA

Para atingirmos aos objetivos deste artigo, optamos por realizar uma pesquisa de natureza bibliográfica e qualitativa, tendo em vista que o atual momento em que vivemos sob as gravíssimas consequências da Covid-19 que já matou, até este início de abril de 2021, mais de 320.000 pessoas no Brasil, nos impede de irmos até os povos indígenas a fim de não agravarmos a situação da epidemia adotando um comportamento de distanciamento social a fim de nos preservarmos e aos povos indígenas também.

Desta forma, estabelecemos que:

Pesquisa bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV, 2013, p. 54).

Neste sentido utilizamos o material didático produzido pelo Laboratório de línguas Indígenas (LALI) e pelo Núcleo de Pesquisas com Povos Indígenas (NEPPI) da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína que estão sob a coordenação do professor Francisco Edviges Albuquerque. Também analisamos diversos outros materiais

bibliográficos que estão elencados nas Referências os quais contribuíram com todo o desenvolvimento do artigo.

Ademais é importante informar que o grafismo como utilizado neste artigo é um objeto de observação étnica que evidencia uma forma de comunicação indígena com a sua sociedade e o mundo, sendo, portanto um elemento da linguagem que precede a língua, assim a sociolinguística passa a ser a teoria fundante para traçar a linha existente entre a sociedade e a variação linguística existente que não se encerra somente na língua falada, mas que abrange até mesmo os seus símbolos como forma de comunicação.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Consideramos que o estudo do território se estende a aspectos que vão muito além da delimitação geográfica espacial, o estudo do território abrange as territorialidades mais diversas e que são exercidas como elementos caracterizadores de povo Apinayé. O lugar entendido como território ocupado pelo povo Apinayé exerce uma enorme força sobre o cotidiano desse povo, influenciando toda forma de se pensar, dominar e viver neste espaço, abrangendo todos os aspectos culturais materiais e imateriais desenvolvidos por ele.

É neste espaço que encontramos inúmeras territorialidades as quais, a escola como instituição poderá, levando em consideração as necessidades do povo Apinayé, contribuir para reforçar toda cultura desenvolvida por séculos de ocupação para que se mantenha viva a fim de que as presentes e futuras gerações possam, conhece-las, compreendê-las e até mesmo adaptá-las as novas formas de vida diante de um futuro cada vez mais incerto, global e tecnológico, procurando sempre manter vivas suas tradições.

Verificamos que os desenhos feitos pelos alunos ao retratarem o grafismo corporal estão na verdade retratando elementos da cultura imaterial que transmitem valores e que estabelecem uma forma de comunicação social amparado pela sociolinguística. As figuras desenhadas no ambiente escolar e que fazem parte dos livros apresentados neste artigo como material didático explicitam a forma com que esses conceitos territoriais e muitas territorialidades vêm sendo reforças no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges. **Contato dos Apinayé de Riachinho e Bonito com o português: aspectos da situação sociolinguística**. 1999. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

Danielle Mastelari LEVORATO; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. O Conceito de Território e Territorialidade nas Escolas Indígenas Apinayé. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 86-104. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

_____. (ORG). **Texto e leitura: uma prática pedagógica das escolas Apinayé e Krahô.** Goiânia: Editora América, 2012. 144p.

_____. (ORG). **Do texto ao texto: leitura e redação.** Belo Horizonte: FALE/UFMG – Núcleo transdisciplinar de pesquisas literaterras, 2012b. 174p.
ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA (SISSI), Severina Alves de. (ORG). **Educação escolar indígena e diversidade cultural.** Goiânia: América, 2012. 369p.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA (SISSI), Severina Alves de; AOKI, Ana Paula. Etnografia e observação participante: o trabalho de campo e a pesquisa qualitativa no contexto indígena Apinayé. In: ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA (SISSI), Severina Alves de. (ORG). **Educação escolar indígena e diversidade cultural.** Goiânia: América, 2012. p. 156-185

BRAGGIO, S. L. B. **The Sociolinguistics of Literacy: A Case-Study of the Kaingang a Brazilian Indian Tribe.** New México (USA), 1986. Tese de doutorado, University of New Mexico.

_____. Alfabetização como um Processo Social : Análise de como ela ocorre entre os Kaingang de Guarapuava, Paraná. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas: UNICAMP, v.3, n. 14, 1989. 155-170p.

_____. Situação Sociolingüística dos Povos Indígenas do Estado de Goiás e Tocantins: Subsídios Educacionais. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia: UFG, (a), V.1, n. 1, p.1-76, jan./dez.,1992.

_____. **Leitura e Alfabetização: da Concepção Mecanicista à Sociopsicolingüística,** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 102p.

_____.(org.). **Contribuições da Lingüística para a alfabetização.** Goiânia: CEGRAF, 1995. 11-42p.

_____. **Aquisição e Uso de Duas Línguas: Variedades, Mudança de Código e Empréstimo.** Revista do Abralín, número especial dedicado a Aryon D. Rodrigues, n. 20, UFAL, 1997. 139-172p.

_____. **Proposta de Formação de Professores Indígenas do Estado do Tocantins.** Palmas: SEDUC/CEEI, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Fundação Nacional do Índio. **II Boletim n. 22** de julho de 1982.

_____. FUNAI. **Parecer Técnico n. 001** de 28 de abril de 1997.

_____. Centro de trabalho indigenista. **Terras.** Disponível em: <<https://trabalhoindigenista.org.br/o-cti/programas/programa-timbira-terras/>>. Acesso em 25 fev. 2021.

Danielle Mastelari LEVORATO; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. **O Conceito de Território e Territorialidade nas Escolas Indígenas Apinayé.** JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 86-104. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

_____. **Decreto 90.960 de 14 de fevereiro de 1985.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90960-14-fevereiro-1985-441117-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 fev. de 2021.
Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Geral de 21 de março de 1992.** Tocantinópolis.

D'AMBROSIO, U. **Transdisciplinaridade.** São Paulo: Palas Athena, 1997. 176p.

DA MATTA, Roberto. **Um Mundo Dividido: A Estrutura Social dos Índios Apinayé.** Petrópolis: Vozes, 1976. 250p.

FISHMAN, J. **Sociolinguística.** Rio de Janeiro: Eldorado, p.25-39, 1974.

MELIÁ, B. **Educação Indígena e Alfabetização.** São Paulo: Loyola, 1979. 95p.

NIMUENDAJU, Curt. **Os Apinayé.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1983.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 232p.

POMBO, Olga. Interdisciplinares e Integração de saberes. In: **Liinc em Revista.** v.1, n.1, março 2005, p. 3-15. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>>. Acesso em 25 de fev. 2021.

_____. **Práticas interdisciplinares.** In: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n.15, jan/jun2006. P.208-249. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000100008>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PRONADOV, Cleber Cristiano e FREITAS, Ermani César de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico.** 2ª ed. Novo Hamburgo Feevale, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RIBEIRO APINAYÉ, Júlio Kamer. **Mẽ Ixpapxà Mẽ Ixàhpumunh Mẽ Ixujahkrexà:** Território, Saberes e Ancestralidade nos Processos de Educação - Escolar Panhã. Goiânia, Universidade de Goiás, 2019. 129f.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e Sociedades Tribais.** Porto Alegre: Movimento, 1975. 92p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24.ed. São Paulo: Cortez, 2018. 320p.

TEIXEIRA, Raquel. **Limites e Possibilidades de Autonomias de Escolas indígenas.** In: WILMAR D'Angelis, Juracilda Veiga (orgs.). **Leitura e Escrita em Escolas indígenas.** São Paulo: Mercado das Letras, 1997.

Danielle Mastelari LEVORATO; Francisco Edviges ALBUQUERQUE. **O Conceito de Território e Territorialidade nas Escolas Indígenas Apinayé.** JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. 2021. Junho. Ed. 27. V. 1. Págs. 86-104. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.